

O GDF já admite a representação política. César Rômulo lembra, porém, que Câmara de Vereadores implica em transformar as satélites em municípios, o que acabaria com o subsídio de 50% concedido pelo governo federal.

GDF adverte contra autonomia

Ana Leyla

O governador do Distrito Federal deve ser indicado pelo Presidente da República, ou quando muito, deverá compor chapa única com os candidatos a presidente e vice-presidente em pleito direto. Esse, na possibilidade de alteração das regras do jogo, é um aspecto visto como "claro" pelo secretário do governo César Rômulo, que surpreendentemente aceitou falar ontem sobre o tema representação política para o DF, pedindo, no entanto, aos defensores da causa, "isenção de paixões".

Mas se a eleição pelo voto direto para governador do Distrito Federal ainda é mal vista, com base no argumento de que "parceria ex-drúxulo o administrador da casa onde estão sediados os poderes da União pertencer a partido diferente daquele do presidente", outras discussões sobre o assunto já não são afastadas com o solene "nada a declarar" ouvido até pouco tempo.

"O assunto merece ser debatido, embora sem paixões, porque Brasília não é mais hoje a cidade administrativa planejada para ter apenas Cr\$ 500 mil habitantes", disse o secretário, alinhavando, contudo, a esse conhecido e usado argumento pró-representação política uma pesada ameaça. "Se tivermos Câmara de Vereadores — o que implica necessidade de transformação das cidades-satélites em municípios — morrerão todos de fome, pois a arrecadação de cada uma não cobre nem dez por cento das despesas com o seu orçamento, que é subsidiado em 50 por cento pelo governo federal".

Este aspecto da questão, no seu entendimento, sempre é descuidado pelos que pedem a representação política para o DF. "Por mais legítima que seja a representação política em todos os níveis, a tão pleiteada autonomia poderá ser apenas política, mas dificilmente econômica", frisou, assegurando que a pujança de Taguatinga, por exemplo, "de longe a cidade-satélite economicamente mais forte, não seria conseguida nem em 50 anos se contasse apenas com recursos de município".

Se considera assim também "inviável" a proposta de uma câmara de vereadores para o DF, César Rômulo não rejeita, contudo, a representação política a nível de Congresso, "talvez este o passo mais avançado que poderíamos imaginar para o DF", afirma, aceitando discutir a representação a nível federal e mesmo a nível estadual.